



***UFV Brasilândia Geração de Energia
Elétrica Distribuída S.A.***

*Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras
de 31 de dezembro de 2021*



An independente member of Kreston Global network



UFV BRASILÂNDIA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DISTRIBUIDA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ÍNDICE

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------|----|
| Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras..... | 3 |
| Balanco Patrimonial | 7 |
| Demonstração do Resultado | 8 |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | 9 |
| Demonstração dos Fluxos de caixa..... | 10 |
| Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras..... | 11 |

Abreviaturas:

| | | |
|--------|---|--------------------------------------------------------|
| IRPJ | – | Imposto de Renda Pessoa Jurídica |
| CSLL | – | Contribuição Social sobre o Lucro Líquido |
| IRRF | – | Imposto de Renda Retido na Fonte |
| COFINS | – | Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social |
| PIS | – | Programa de Integração Social |



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administradores da
UFV BRASILÂNDIA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DISTRIBUÍDA S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ufv Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ufv Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2022.

**KRESTON PARTNERSHIP AUDITORES
INDEPENDENTES S/S
CRC 2SP023408/O-2**

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Julio Luiz Baffini", is written over the printed name.

**JULIO LUIZ BAFFINI
CONTADOR - CRC 1SP162773/O-2**

UFV BRASILÂNDIA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DISTRIBUIDA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando incluído de outra forma)

| | Nota | 2021 | 2020 |
|---------------------------------------------|------|----------------------|----------------------|
| ATIVO | | | |
| CIRCULANTE | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 4 | 2.303 | - |
| Contas a Receber | 5 | 543 | 678 |
| Partes Relacionadas | 10 | 54 | 56 |
| Adiantamento a Fornecedores | 6 | 74 | 175 |
| Outras Contas a Receber | | 2 | 1 |
| | | <u>2.976</u> | <u>910</u> |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Imobilizado | 7 | 28.128 | 27.070 |
| Intangível | 8 | 250 | - |
| | | <u>28.378</u> | <u>27.070</u> |
| TOTAL DO ATIVO | | <u>31.354</u> | <u>27.980</u> |
| PASSIVO | | | |
| CIRCULANTE | | | |
| Fornecedores | | 39 | 65 |
| Partes Relacionadas | 10 | 3.673 | 1.948 |
| Dividendos | 11d | - | 21 |
| Impostos a Recolher | 9 | 385 | 130 |
| | | <u>4.097</u> | <u>2.164</u> |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Provisão para Desmobilização de Ativos | 7 | 633 | - |
| Partes Relacionadas | 10 | - | 60 |
| | | <u>633</u> | <u>60</u> |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| Capital Social | 11 | 25.879 | 21.515 |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | | - | 4.176 |
| Reserva Legal | | 170 | 4 |
| Reserva de Lucros | | 575 | 61 |
| | | <u>26.624</u> | <u>25.756</u> |
| TOTAL DO PASSIVO | | <u>31.354</u> | <u>27.980</u> |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

UFV BRASILÂNDIA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DISTRIBUIDA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando incluído de outra forma)

| | <u>Nota</u> | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|-----------------------------------------------------------------|-------------|---------------------|------------------|
| RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA | | | |
| Receita com Aluguéis | | 5.509 | 678 |
| (-) Impostos incidentes sobre a Receita | | (201) | (25) |
| | 12 | <u>5.308</u> | <u>653</u> |
| CUSTO DO ARRENDAMENTO | | | |
| Depreciação | | (1.115) | (173) |
| LUCRO BRUTO | | <u>4.193</u> | <u>480</u> |
| Receitas (Despesas) Operacionais: | | | |
| Despesas Administrativas | 13 | (290) | (301) |
| Despesas Financeiras | | (3) | (27) |
| Receitas Financeiras | | 4 | 2 |
| | | <u>(289)</u> | <u>(326)</u> |
| RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | | <u>3.904</u> | <u>154</u> |
| Imposto de Renda Pessoa Jurídica | 14 | (417) | (48) |
| Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido | 14 | (159) | (20) |
| | | <u>(576)</u> | <u>(68)</u> |
| LUCRO DO EXERCÍCIO | | <u>3.328</u> | <u>86</u> |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

UFV BRASILÂNDIA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DISTRIBUIDA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando incluído de outra forma)

| | Capital Social | Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | Reserva Legal | Reserva de Lucros | Lucros Acumulados | Total |
|--------------------------------------------------------|----------------|---------------------------------------------|---------------|-------------------|-------------------|---------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 99 | - | - | - | - | 99 |
| Aumento de Capital (Nota 11a) | 21.416 | - | - | - | - | 21.416 |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 11b) | - | 4.176 | - | - | - | 4.176 |
| Lucro do Exercício | - | - | - | - | 86 | 86 |
| Reserva Legal (Nota 11c) | - | - | 4 | - | (4) | - |
| Dividendos (Nota 11d) | - | - | - | - | (21) | (21) |
| Reserva de lucros | - | - | - | 61 | (61) | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 21.515 | 4.176 | 4 | 61 | - | 25.756 |
| Aumento de Capital (Nota 11a) | 4.364 | (4.114) | - | - | - | 250 |
| Lucro do Exercício | - | - | - | - | 3.328 | 3.328 |
| Reserva Legal (Nota 11c) | - | - | 166 | - | (166) | - |
| Dividendos (Nota 11d) | - | - | - | (61) | (2.587) | (2.648) |
| Reserva de Lucros | - | (62) | - | 575 | (575) | (62) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 25.879 | - | 170 | 575 | - | 26.624 |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

UFV BRASILÂNDIA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DISTRIBUIDA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando incluído de outra forma)

| | 2021 | 2020 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|-----------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Lucro do exercício | 3.328 | 86 |
| Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com recursos provenientes das atividades operacionais | | |
| Depreciação (Nota 7) | 1.115 | 173 |
| | 4.443 | 259 |
| (Aumento) diminuição no ativo circulante e não circulante: | | |
| Contas a Receber | 135 | (678) |
| Adiantamento a Fornecedores | 101 | (165) |
| Outras Contas a Receber | (1) | (1) |
| Aumento (diminuição) no passivo circulante e não circulante: | | |
| Fornecedores | (26) | 64 |
| Partes Relacionadas | 1.667 | 1.953 |
| Impostos a Recolher | 255 | 130 |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 6.574 | 1.562 |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS | | |
| Aquisição de Imobilizado e Intangível | (1.540) | (27.154) |
| Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos | (1.540) | (27.154) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS | | |
| Dividendos | (2.731) | - |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 9b) | - | 4.176 |
| Aumento de Capital (Nota 9a) | - | 21.416 |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos | (2.481) | 25.592 |
| Aumento no Caixa e Equivalente de Caixa | 2.303 | - |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do Exercício | 2.303 | - |
| Caixa e Equivalentes de Caixa no início do Exercício | - | - |
| Aumento no caixa e equivalentes de caixa | 2.303 | - |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

UFV BRASILÂNDIA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DISTRIBUÍDA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando incluído de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Através do contrato social datado de 29 de novembro de 2019 a sócia Mori Energia Holding S.A. constituiu a Companhia Ufv Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.

A Companhia tem a denominação de Ufv Brasilândia Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado e rege-se pelo Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, incluindo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

A Companhia tem sede e foro na Cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, Rua Tupinambás, 13 – Sala 212 – Edifício Absoluto, Bairro Melo, Brasil, CEP 39.401-509, podendo criar ou extinguir filiais, em qualquer local do território nacional ou estrangeiro, por deliberação da Assembleia Geral.

A Companhia tem por objeto social: (i) instalação, operação, manutenção e aluguel de usinas fotovoltaicas de geração de energia elétrica; (ii) gerir contratos de aluguel, operação e manutenção de usinas fotovoltaicas de geração de energia elétrica; (iii) administrar a constituição de consórcios, cooperativas ou condomínios de consumidores de energia elétrica que aderirem ao Sistema de Compensação de Energia, conforme Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 482/2012, conforme alterada; (iv) participar em consórcios, cooperativas ou condomínios de consumidores de energia elétrica, que aderirem ao Sistema de Compensação de Energia, conforme Resolução ANEEL nº 482/2012, conforme alterada, o qual administre.

CORONAVIRUS (COVID 19)

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde – OMS anunciou que a COVID-19 era uma emergência de saúde global e em 11 de março de 2020 passou a tratar a doença como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar efeitos nos valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

A Companhia está trabalhando ativamente nas medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do Coronavírus (COVID-19), reforçando os protocolos de higiene, propagando informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), cancelando eventos internos e viagens, adotando meios eletrônicos de comunicação, flexibilizando rotinas de trabalho para evitar aglomerações, adesão de trabalho remoto para diversos grupos de profissionais, dentre outras iniciativas. Até o presente momento a Administração da Companhia não identificou impactos significativos em suas operações.

Diante do atual cenário a Administração da Companhia analisou eventuais impactos frente as suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem impactar na recuperabilidade dos seus ativos e afetar a mensuração das provisões apresentadas nas referidas Demonstrações Financeiras por aumento de perdas esperadas ou alteração significativa aos riscos que a Companhia está exposta. Esta revisão considerou os eventos subsequentes ocorridos até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras e não foram identificados efeitos significativos que deveriam estar refletidos nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A emissão das Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 11 de março de 2022.

2.2) Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.4) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Demonstrações Financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas são apresentadas a seguir:

3.1) Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem numerários em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas com base no valor da operação acrescida dos rendimentos auferidos.

3.2) Contas a Receber

As contas a receber são registradas pelos valores relacionados a locação de usinas, os quais incluem os respectivos impostos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foi constituída provisão para os créditos de liquidação duvidosa com base na avaliação individual dos clientes.

3.3) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado foram registrados pelo seu custo de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada de acordo com a vida útil, e será revista prospectivamente, se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de depreciação.

3.4) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foram calculados com base no regime tributário de lucro presumido.

3.5) Receita com Aluguéis

A receita advém da locação dos ativos de energia fotovoltaica (UFV) para Consórcios que compartilham os direitos econômicos destes ativos.

A receita de locação é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas são reconhecidas em bases mensais pelo exercício do contrato de aluguel e arrendamentos.

3.6) Apuração do Resultado

É observado o regime de competência para registrar as receitas e despesas do exercício.

3.7) Novas Normas e Interpretações Ainda Não Adotadas

Durante o exercício de 2021 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2021.

| Pronunciamentos: | Alteração: |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CPC 06 (R2) – Arrendamentos/IFRS 16 - <i>Leases</i> (i) | Reforma da taxa de juros de referência que permite substituir a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente. |
| CPC 11 – Contratos de Seguro/IFRS 4 - <i>Insurance Contracts</i> | |
| CPC 38 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração (revogado a partir de 1/01/2018) | |
| CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação/IFRS 7 - <i>Financial Instruments: Disclosures</i> | |
| CPC 48 – Instrumentos financeiros/IFRS 9 - <i>Financial Instruments</i> | |

(i) Efeitos de COVID 19 nos contratos vincendos após 30/6/2021

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto à sua aplicação.

Adicionalmente, o IASB (*International Accounting Standards Board*) trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo:

| Pronunciamentos: | Alteração: |
|----------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| IAS 1 – <i>Presentation of Financial Statements</i> /IFRS – <i>Practice Statements</i> | Institui o conceito de materialidade para a tomada de decisão sobre as divulgações das políticas contábeis. |
| IAS 8 – <i>Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors</i> | Esclarecimento à distinção entre mudança nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. |
| IFRS 17 – <i>Insurance Contracts</i> | Norma não aplicável para a Companhia. |

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|--------|--------------|-------------|
| Bancos | 2.303 | - |
| | <u>2.303</u> | <u>-</u> |

5. CONTAS A RECEBER

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|----------------------|-------------|-------------|
| Duplicatas a Receber | 543 | 678 |
| | <u>543</u> | <u>678</u> |

6. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|--------------------------|-------------|-------------|
| Arteche EDC Equipamentos | 10 | - |
| Enersolar – Usina | - | 60 |
| Celtgrid Tecnologia | 34 | 34 |
| Solar Implantações | - | 32 |
| Outros | 30 | 49 |
| | <u>74</u> | <u>175</u> |

Os adiantamentos a fornecedores se referem a valores pagos para aquisição de bens e materiais aplicados na Companhia.

7. IMOBILIZADO

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|---------------------------------------|---------------|---------------|
| Equipamentos e Instalações | 28.783 | 27.243 |
| Obrigação para Retirada de Ativos (a) | 633 | - |
| Depreciação | (1.288) | (173) |
| | <u>28.128</u> | <u>27.070</u> |

A movimentação do ativo imobilizado está resumida da seguinte forma:

| | Custo | Depreciação | Valor líquido |
|--------------------------------------------------|---------------|--------------------|----------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | 89 | - | 89 |
| (+) Adições | 27.154 | (173) | 26.981 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | 27.243 | (173) | 27.070 |
| (+) Adições | 1.540 | (1.115) | 425 |
| (+) Obrigação para Retirada de Ativos (a) | 633 | - | 633 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 29.416 | (1.288) | 28.128 |

Em 2020, os encargos de depreciação foram iniciados uma vez que os bens foram disponibilizados para uso, em condições de funcionamento na forma pretendida pela Administração conforme contrato de arrendamento celebrado em outubro de 2020 com prazo determinado de 25 anos (vida útil considerada pela Companhia, rentabilidade econômica dos bens de acordo com vigência do contrato).

(a) Obrigação para retirada de ativos/Provisão para desmobilização de ativos:

A UFV efetuou o registro de provisão para desmobilização de Ativos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente de acordo com as mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados.

Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

8. INTÁNGIVEL

| | 2021 | 2020 |
|-----------------------|-------------|-------------|
| Intangível – Servidão | 250 | - |
| | 250 | - |

A movimentação do Direito de Uso e do ativo intangível está resumida da seguinte forma:

| | Custo | Amortização | Valor líquido |
|----------------------------------------|--------------|--------------------|----------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | - | - | - |
| (+) Adições | 250 | - | 250 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 250 | - | 250 |

9. IMPOSTOS A RECOLHER

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|--------|-------------------|-------------------|
| IRPJ | 205 | 48 |
| CSLL | 78 | 20 |
| COFINS | 59 | 20 |
| ISS | 27 | 28 |
| INSS | - | 5 |
| PIS | 13 | 4 |
| Outros | 3 | 5 |
| | <u>385</u> | <u>130</u> |

10. PARTES RELACIONADAS

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|---------------------------|---------------------|---------------------|
| Ativo Circulante: | | |
| Consórcio UFV Brasilândia | 54 | 56 |
| | <u>54</u> | <u>56</u> |
| Passivo Circulante: | | |
| Mori Energia Holding S.A. | 2.770 | 1.051 |
| Mori Minas | 903 | 897 |
| | <u>3.673</u> | <u>1.948</u> |
| Passivo Não Circulante: | | |
| Ufv Paracatu Geração | - | 60 |
| | <u>-</u> | <u>60</u> |
| | <u>3.673</u> | <u>2.008</u> |

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social, aumento de capital e transferência de participação

2021:

Conforme ata de assembleia geral extraordinária datada de 2 de fevereiro de 2021 ocorreu aumento de capital no montante total de R\$4.114 mil referente a integralização do adiantamento para futuro aumento de capital. Após essa integralização está demonstrado no quadro abaixo a nova composição do Capital Social:

| | <u>Quotas/Ações</u> | <u>R\$ mil</u> |
|---------------------------|---------------------|----------------|
| Mori Energia Holding S.A. | 25.628.900 | 25.629 |
| | <u>25.628.900</u> | <u>25.629</u> |

Conforme ata de assembleia geral extraordinária datada de 11 de fevereiro de 2021 ocorreu aumento de capital no montante total de R\$250 mil, mediante a emissão de 1.000 (uma mil) novas ações ordinárias totalmente subscritas e integralizadas pela CEMIG Soluções Inteligentes em Energia S.A. – CEMIG SIM passado o valor do capital social para R\$25.879 mil e estão assim distribuídos:

| | Quotas/Ações | R\$ mil |
|---------------------------------------------|-------------------|---------------|
| Mori Energia Holding S.A. | 25.628.900 | 25.629 |
| CEMIG Soluções Inteligentes em Energia S.A. | 1.000 | 250 |
| | <u>25.629.900</u> | <u>25.879</u> |

Em 31 de março de 2021 foi aprovada a transferência de 12.557.651 ações ordinárias de emissão da Companhia, do capital social total e votante de emissão da Companhia, detidas pela acionista MORI ENERGIA HOLDING S.A. para a CEMIG SOLUÇÕES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A., passando a Cemig SIM a deter 49% do número atual de ações, o que corresponde a 12.558.651 ações.

| | Quotas/Ações | R\$ mil | % |
|---------------------------------------------|-------------------|---------------|-------------|
| CEMIG Soluções Inteligentes em Energia S.A. | 12.558.651 | 12.808 | 49% |
| Mori Energia Holding S.A. | 13.071.249 | 13.071 | 51% |
| | <u>25.629.900</u> | <u>25.879</u> | <u>100%</u> |

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$25.879 mil representado por 25.629.900 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, através da subscrição e integralização pelos acionistas identificados no boletim de subscrição, na sede da Companhia e integralizados por meio de moeda corrente nacional.

| | Quotas/Ações | R\$ mil | % |
|---------------------------------------------|-------------------|---------------|-------------|
| CEMIG Soluções Inteligentes em Energia S.A. | 12.558.651 | 12.808 | 49% |
| Mori Energia Holding S.A. | 13.071.249 | 13.071 | 51% |
| | <u>25.629.900</u> | <u>25.879</u> | <u>100%</u> |

2020:

Conforme ata de assembleia geral extraordinária datada de 13 de julho de 2020 ocorreu aumento de capital no montante total de R\$21.416 mil e estão assim distribuídos:

| | Quotas/Ações | R\$ mil |
|-------------------------------------|-------------------|---------------|
| Mori Energia Holding S.A. | 1.194.011 | 1.194 |
| Mori Minas Holding Importadora S.A. | 20.222.187 | 20.222 |
| | <u>21.416.198</u> | <u>21.416</u> |

Em 26 de outubro de 2020 a MORI MINAS HOLDING IMPORTADORA S.A. transfere por redução de capital e entrega à acionista MORI ENERGIA HOLDING S.A. a totalidade de suas ações (20.222.187).

| | Quotas/Ações | R\$ mil |
|---------------------------|-------------------|---------------|
| Mori Energia Holding S.A. | 21.416.198 | 21.416 |
| | <u>21.416.198</u> | <u>21.416</u> |

O Capital social em 31 de dezembro de 2020 é de R\$21.515 mil representado por 21.514.464 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, através da subscrição e integralização pelos acionistas identificados no boletim de subscrição, na sede da Companhia e integralizados por meio de moeda corrente nacional.

| Acionistas: | Quotas/Ações | R\$ mil | % |
|---------------------------|-------------------|---------------|-------------|
| Mori Energia Holding S.A. | 21.514.464 | 21.515 | 100% |
| | <u>21.514.464</u> | <u>21.515</u> | <u>100%</u> |

b) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Refere-se a aportes de capital registrados na rubrica de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizados pelo acionista Mori Energia Holding S.A. no valor total de R\$4.176 mil cuja integralização ao Capital Social da Companhia ocorreu em ato societário datado de 2 de fevereiro de 2021 devidamente registrado em órgão de registro do comércio em 10 de fevereiro de 2021.

c) Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$166 mil de Reserva Legal (R\$4 mil em 2020), correspondentes a 5% do lucro apurado no exercício, após a compensação de prejuízos anteriores.

| | 2021 | 2020 |
|---------------------------|------------|----------|
| Lucro do Exercício | 3.328 | 86 |
| Reserva legal - 5% | 166 | 4 |

d) Dividendos

A Administração propôs a constituição e o posterior pagamento de dividendos no montante total de R\$2.710 mil (R\$21 mil em 2020). Vide quadro abaixo:

| | 2021 | 2020 |
|-------------------------------|----------------|-------------|
| Lucro do Exercício | 3.328 | 86 |
| Reserva Legal - 5% | (166) | (4) |
| Base de cálculo | 3.162 | 82 |
| Dividendos obrigatórios - 25% | (790) | (21) |
| Dividendos complementares | (1.858) | - |
| | (2.648) | (21) |

12. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|--------------------------------------------|---------------------|-------------------|
| Receita com aluguéis | 5.509 | 678 |
| Impostos incidentes sobre a Receita Bruta: | | |
| (-) COFINS | (165) | (20) |
| (-) PIS | (36) | (5) |
| | <u>(201)</u> | <u>(25)</u> |
| | <u>5.308</u> | <u>653</u> |

13. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

| | <u>2021</u> | <u>2020</u> |
|--------------------|--------------|--------------|
| Gerais | (83) | (81) |
| Serviços Prestados | (170) | (117) |
| Tributários | (36) | (98) |
| Outros | (1) | (5) |
| | <u>(290)</u> | <u>(301)</u> |

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – LUCRO PRESUMIDO

2021:

| | <u>IRPJ</u> | | <u>CSLL</u> | |
|-----------------------------------------------------------|-------------|---------------------|-------------|---------------------|
| | (%) | <u>2021</u> | (%) | <u>2021</u> |
| Receita sobre Arrendamento e Aluguéis | | 5.509 | | 5.509 |
| Receitas Financeiras | | 4 | | 4 |
| % - Base de cálculo - Receitas de Arrendamento e Aluguéis | 32% | 1.762 | 32% | 1.762 |
| % - Base de cálculo - Receitas Financeiras | 100% | 4 | 100% | 4 |
| Base de cálculo tributação | | <u>1.766</u> | | <u>1.766</u> |
| Alíquotas - IRPJ e CSLL | 15% | (265) | 9% | (159) |
| Adicional - IRPJ - 10% | 10% | (152) | - | - |
| Total - Demonstração do resultado | | <u>(417)</u> | | <u>(159)</u> |

2020:

| | <u>IRPJ</u> | | <u>CSLL</u> | |
|-----------------------------------------------------------|-------------|--------------------|-------------|--------------------|
| | (%) | <u>2020</u> | (%) | <u>2020</u> |
| Receita sobre Arrendamento e Aluguéis | | 678 | | 678 |
| Receitas Financeiras | | 2 | | 2 |
| % - Base de cálculo - Receitas de Arrendamento e Aluguéis | 32% | 217 | 32% | 217 |
| % - Base de cálculo - Receitas Financeiras | 100% | 2 | 100% | 2 |
| Base de cálculo tributação | | <u>219</u> | | <u>219</u> |
| Alíquotas - IRPJ e CSLL | 15% | (33) | 9% | (20) |
| Adicional - IRPJ - 10% | 10% | (15) | - | - |
| Total - Demonstração do resultado | | <u>(48)</u> | | <u>(20)</u> |

15. PASSIVOS CONTINGENTES

Não existem processos em aberto/pendentes contra a Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As características operacionais e a estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é pequeno. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização dos diversos instrumentos financeiros, denominados derivativos, para proteção dos riscos.

17. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados adequados, para cobrir danos nos seus ativos, considerando a natureza de sua atividade.

18. OUTROS ASSUNTOS – Unitização do Ativo Imobilizado

Em 2022 a Companhia irá inventariar seu ativo imobilizado. Esse trabalho consiste na contratação de empresa especializada que executará serviços técnicos de avaliações dos ativos da Companhia.

O escopo do trabalho proposto, cujo objeto estava direcionado para a organização administrativa e contábil do ativo tangível (imobilizado), consistindo basicamente nos seguintes pontos:

- ✓ Inventário físico com identificação de todos os bens que compõem o patrimônio da Companhia, sendo identificado o centro de custo, a localização física do bem;
- ✓ Conciliação do inventário físico descrito, com a posição contábil obtida; e
- ✓ Sugestão de manual de normas e procedimentos para o gerenciamento e controle dos bens de ativo imobilizado.